Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 14 Nº 28, Janeiro - Junho de 2022
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

A "Amarela maldita". A epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro pelas páginas do Correio Mercantil (1850)

The "Cursed Yellow". The yellow fever epidemic in Rio de Janeiro through the pages of Correio Mercantil (1850)

Geison Siqueira*

Resumo: O presente artigo pretende discutir o papel da imprensa do Rio de janeiro, mais especificamente o jornal Correio Mercantil, como local de debate sobre a epidemia de 1850 e suas funestas consequências para a população da cidade. Ao usar a imprensa como fonte para a compreensão das representações e idealizações sociais do enfrentamento estatal à epidemia e as discussões feitas por leitores em publicações a pedido, o trabalho pretende explorar o aspecto ambíguo e complementar de um jornal que tem uma agenda política e partidária evidente ao mesmo tempo que reflete e dialoga com as representações cotidianas da rotina de uma cidade.
Palavras-chave: Brasil Império, imprensa, epidemia.

Abstract: This article aims to discuss the role of the press from Rio de Janeiro, more specifically the Correio Mercantil as an arena for debate about the 1850 epidemic and its disastrous consequences for the city's population. By using the press as a source for understanding the social representations and idealizations of the state's confrontation with the epidemic and the discussions made by readers in publications on demand, the work intends to explore the ambiguous and complementary aspect of a newspaper that has an evident political and partisan agenda at the same time that reflects and dialogues with the everyday representations of the routine of a city.
Keywords: Brazil Empire, press, pandemic.

Introdução

O ano de 1850 foi atribulado na cidade do Rio de Janeiro. A capital do Império vivenciava um ponto fulcral na questão escravista com a determinação do fim do tráfico negreiro e com a promulgação da Lei de Terras com objetivo de aumentar a imigração europeia e paulatinamente substituir a

* Doutor em História UFRJ.

mão de obra do escravo africano. Apesar de pelos padrões brasileiros o reinado de Dom Pedro II passar por águas tranquilas, o Gabinete Imperial capitaneado por Monte Alegre e pelo partido conservador enfrentava uma tempestuosa oposição de uma Câmara dos Deputados de maioria liberal. A posição da imprensa da cidade começava a se movimentar mais ativamente com um maior papel no cotidiano do debate político e social. Para coroar tal efervescência, a cidade foi palco de uma mortal epidemia de febre amarela, na época mais comumente conhecida apenas como febre reinante, entre os meses de janeiro e abril, como um auspício de um ano complicado.

A epidemia não foi um flagelo que atingiu somente a cidade do Rio de Janeiro. Longe disso, a doença já havia feito estragos em outras partes do mundo e ainda no fim de 1849 atingiu com força as cidades de Salvador e Recife, sendo a primeira considerada o local de chegada da enfermidade no país. Existia em um primeiro momento a hipótese que a doença pouparia os brasileiros nascidos nos trópicos e atacaria mais estrangeiros. Quando tal suspeita não se concretizou, com a morte de nacionais, inclusive de famílias abastadas, as influências das consequências funestas da febre ficaram mais óbvias nas discussões parlamentares e nas folhas da imprensa.

Sidney Chalhoub (1996) argumenta que na segunda metade do século XIX emergiram políticas de saúde pública racializadas, como o combate à febre amarela, que atingia mais os imigrantes brancos, em detrimento do controle da tuberculose que prevalecia entre negros. Em 1850, tal visão começa a aparecer nos jornais e discussões parlamentares, com o viés de menor chance de contaminação àqueles "bem adaptados ao clima nos trópicos" até a preocupação se tornar mais generalizada. A epidemia mudaria o cotidiano de toda a cidade: brasileiros, estrangeiros, ricos e pobres.

Assim como a sociedade da corte, a imprensa do Rio de Janeiro também era formada por ideais civilizatórios e cotidiano conturbado. Para o presente artigo, nenhum jornal é mais adequado paras discutir civilização, política e cotidiano como o liberal *Correio Mercantil*, folha escolhida como principal fonte histórica. O jornal era controlado por Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, o 'Velho Barreto' e surgiu em 1º de janeiro de 1848 e

foi resultado da metamorfose de vários jornais anteriores. O primeiro foi o *Pharol Constitucional*, lançado em 1842, que mudou o nome para *Pharol* no ano seguinte, transformou-se em *O Mercantil* em 1844 e, finalmente, no *Correio Mercantil*. A ligação da folha com o Partido Liberal era notória e durante os quase vinte anos de existência o jornal sempre deixou claro sua posição política.

É inegável a importância da política partidária dentro do impresso, mas não é essa a principal razão para seu uso como principal fonte histórica para o período em questão. Diferente de outros grandes jornais da corte, como o Jornal do Commercio e o Diário do Rio de Janeiro, o *Correio Mercantil* mergulhava mais no cotidiano da cidade mesmo antes da chegada de Manuel Antonio de Almeida, o escritor de as *Memórias de um Sargento de Milícias* e um dos principais editores do jornal a partir de 1852. O tom literário e jocoso do jornal para comentar casos corriqueiros já era conhecido.

Kalifa (2013) afirma que o começo da década de 1830 marcou uma mudança clara na constituição da imprensa francesa. Ela passou de um dispositivo argumentativo, retórico nos jornais, portanto, entendido como algo advindo da imprensa doutrinária, a um dispositivo de representação. No Brasil viu-se caminho parecido, com óbvias diferenças temporais. Os anos de 1850 viram, ainda que timidamente, uma representação social nas páginas dos jornais que era influenciada pela riqueza literária da época, como, por exemplo, os artigos encontrados na *Pacotilha* ou nas criativas crônicas do *Correio Mercantil*.

O uso da imprensa e suas reprsentações sociais para o estudo das pandemias não é algo incomum. A historiografia sobre doenças no Brasil tornou-se muito mais volumosa a partir do começo do século XXI, com especial menção a essencial coleção sobre o tema chamada “Uma História brasiliera das doenças”. Com seu primeiro volume em 2004, a serie de livros foi o marco pra demostrar a importancia que a área ganhou na historigrafia brasileira, visto que apesar de diversos artigos sobre o tema terem sido escritos durante todo o século XX, nenhuma copilação sobre o assunto ganhou tanto destaque quanto a coletânea organizada por Nascimento e Carvalho

A epidemia de febre amarela de 1850 também foi tópico de diversos livros e artigos, e nada mais justo que um aprofundamento no papel da imprensa durante todo esse período. Entre vários trabalhos dignos de menção, destaco dois que de certa maneira possuem proximidades com o tema do presente texto. O artigo "A febre amarela no Rio de Janeiro: história, ciência e literatura" (TURCO, PAIVA 2018) apresenta os impactos da febre amarela na produção literária brasileira, com suas influências em tramas e narrativas presentes em folhetins de jornais e livros publicados. Gonçalves (2004) fez um interessante artigo sobre a visão dos periódicos médicos no período com discussões sobre medidas preventivas e tratamentos. O presente artigo foca na imprensa de maior volume, que publicava para o público leigo. A imprensa era uma importante reverberadora das discussões da sociedade, influenciando e sendo influenciada.

As discussões presentes no *Correio Mercantil* eram claramente as mesmas presentes no parlamento brasileiro, visto que as transcrições das seções eram publicadas nos jornais. Assim sendo, a narrativa sobre a epidemia de febre amarela tinha também um perfil partidário e de ataques e defesas de posições políticas. Ainda assim, mesmo que o sensacionalismo de tragédias e o jornalismo comercial tivesse ainda algumas décadas no futuro, a epidemia de 1850 foi a primeira realmente debatida e discutida no cotidiano da imprensa e da sociedade.

Imprensa e cotidiano

A relação entre a historiografia brasileira e a imprensa é intensa. No entanto, é apenas mais recentemente que ela se tornaria um objeto de pesquisa de fato. A produção de tais trabalhos só foi possível após a superação de certos mitos. Como escreve Marcello Basile:

> Verifica-se a superação das clássicas interpretações que concebiam a imprensa quer como instrumento ideológico dos interesses políticos e econômicos de grupos dominantes, quer como espécie de quarto poder capaz de determinar os rumos dos acontecimentos e massificar a sociedade, quer ainda como detentora da verdade dos fatos. (BASILE, 2014 p. 1)

Segundo Morel (2001), os trabalhos de historiografia brasileira do início do século XIX dão a ênfase no caráter oficialista e atrasado dos primeiros anos da imprensa no Brasil. Tal simplificação não seria suficiente para explicar a complexidade e compreender as características de tal imprensa, gerada numa sociedade em mutação em que o antigo regime e novas ideias estavam emaranhadas.

A imprensa do Brasil, desde o começo é riquíssima como fonte historiográfica e

> "não surgiu de um vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes. A imprensa ao longo do século XIX sempre foi marcada por embates políticos, poderes econômicos e criações culturais em suas formas as mais diversas e desde o início buscou maneiras de se modernizar, que mudavam com o tempo, as técnicas de imprimir e redigir e os interesses em jogo. A modernização da imprensa não é uma prerrogativa do século XX, se levarmos em conta a polissemia das concepções de modernidade. (KALIFA, 2012. p. 189)

O segundo reinado é considerado por Werneck Sodré (1996) um período conservador da imprensa. Com relativa estabilidade política, as disputas políticas impressas presentes durante a independência, abdicação e período regencial deram lugar a uma imprensa que podia se preocupar com outras coisas, como por exemplo um projeto de país que educasse a população. Tal visão parece exagerada, pois a discussões políticas e partidárias continuam existindo nas primeiras décadas do governo de D. Pedro II e mesmo o teor civilizatório da imprensa já era visto desde o período pré independência.

A imprensa também passava por transformações e após uma fase conturbada no período regencial, como jornais bélicos e de curta duração, passou a ter no segundo reinado uma possibilidade de certa estabilidade em constância e duração. Apesar de ainda não ser uma imprensa voltada totalmente para a profissionalização, como no começo do século XX, ela já não é apenas fruto do jornalismo literário.

Domenique Kalifa (2013) ao escrever sobre a imprensa e a cultura de massa, cita o livro de Alain Vaillant e Marie-Ève Thérenty, *"1836, o ano I da era mediática"*, para defender que, mesmo sem o público de massa, os jornais franceses, principalmente os de Paris, paulatinamente modificaram dispositivos

retóricos argumentativos existentes para um dispositivo de representação, o qual aproximava a vida cotidiana das páginas dos jornais. Essa mudança teria lançado as bases iniciais de uma imprensa moderna. Para Kalifa, a mudança entre a imprensa política, parcial e ideológica e a "grande imprensa" foi gradativa e a importância social dos jornais foi modificando-se muito antes de qualquer jornalismo comercial. Vale destacar que, com as suas devidas proporções, isso também ocorre no caso brasileiro, principalmente a partir da década de 1850.

Nesse período, há pelo menos três grandes jornais da cidade do Rio de Janeiro : O Jornal do Commercio, O Diário do Rio de Janeiro e o Diário Mercantil. Nessa prática, o jornal particulariza determinadas ocorrências, escolhe seu lugar por entre as páginas, concede intencionalmente o destaque que deve receber e orienta a forma de narrar os fatos.

As mudanças do papel da imprensa no Brasil também foram bastante anteriores a existência de qualquer público de massa. Como destaca Morel (2001), a expansão da imprensa criou muitos locais de circulação de ideias estabelecendo-se assim um espaço público que desafiava o analfabetismo reinante.

A noção de espaços públicos é maior que conceito de o espaço geográfico de circulação daqueles jornais e retroalimentava a relação entre imprensa e sociedade, e essa influência social na escrita do jornal não é apenas fruto de uma minoria alfabetizada. Como afirma François-Xavier Guerra (2012) as "vozes do povo" são importantes combustíveis para os jornais e a circulação dos rumores são partes integrantes dos espaços públicos. Comenta Kalifa

> Em outras palavras, a oferta cultural é, em relação a isso, mais importante que a demanda, porque ela vai constituir uma mecânica que, progressivamente, carrega consigo também a própria demanda. Então, continuo pensando que as principais mudanças culturais que produzirão aquilo que chamamos de "cultura de massa" situam-se em meados do século XIX, embora o número de leitores, de consumidores ainda não seja maciço (KALIFA, 2012 p. 190)

Para Sodré (1966), até a década de 1850, a imprensa brasileira era

> Fraca em técnica, artesanal na produção, com distribuição restrita e emprestada, praticamente inexistente uma vez que inespecífica, encontrou, entretanto, na realidade política a fonte de que se valeu para exercer sobre essa realidade, por sua vez, influência extraordinária, consideradas as condições da época. (SODRÉ, 1966)

A imprensa nacional, em especial a imprensa do Rio de Janeiro, beneficiou-se desse novo celeuma literário e do momento político estável para aumentar a sua produção e modificar ainda mais a sua estrutura. As seções que seriam comuns na mercantilização da imprensa, já no século XX, tomaram forma em 1850 tendo os folhetins, as discussões políticas e as publicações 'a pedidos' como elementos centrais. Os jornais começaram a discutir de maneira mais aberta o cotidiano da população letrada brasileira. Seções como "A Pacotilha" passaram a ser escritas nos jornais da Corte e popularizaram os espaços de debate. Os *fait drivers* tornam-se mais comuns e pequenas histórias que às vezes envolvem até mesmo crimes, passam a ser contadas de maneira mais rotineira nos jornais. Francisco Otaviano, por exemplo, em sua coluna semanal, sempre escrevia, de forma bastante literária, sobre roubos, assassinatos e, até mesmo, bigamia.

A popularização do jornal, em que pese o grande número de analfabetos no Brasil, provocou um maior interesse em assuntos mundanos e do dia a dia da sociedade. Assim, não só com o acontecimento de crimes famosos, como o caso da Fera de Macabu, em que um fazendeiro do norte fluminense foi executado pela justiça por uma chacina de uma familia em suas terras, mas elementos mais cotidianos entravam definitivamente nas linhas dos jornais.

O *Correio Mercantil*, com óbvio conteúdo liberal, usava da galhofa e dos pseudônimos para fazer críticas e dar opiniões polêmicas. Ele foi publicado na cidade do Rio de Janeiro de 1 de janeiro de 1848 a 15 de dezembro de 1868, e durante vinte anos foi um sucesso de vendas. Ribeiro (2005) descreve a formatação do jornal como quatro páginas com textos ligados a gêneros jornalísticos informativos e literários bastante variados. Cada página era organizada geralmente em cinco colunas separadas por filetes pretos.

Ainda sem o formato chamativo do jornalismo mercantilista do século XX, o *Correio Mercantil* era muito mais do que uma folha que transcrevia as discussões do parlamento e republicava documentos oficiais. O primeiro número do jornal já mostra sua característica mais marcante, a grande variedade de gêneros jornalísticos informativos, literários e híbridos, com a

publicação de uma crônica de previsões para o ano de 1848 que começava. Abusando da ironia, a crônica apresenta uma série de problemas cotidianos da cidade do Rio de Janeiro conclamando que elas serão quase magicamente resolvidas, como a demora da emissão de certidões no cartório, a falta de água no Bairro de São Cristóvão e o consumo de bebidas nos barcos que faziam a viagem até Paquetá.

> É importante perceber que na atmosfera midiática do *Correio Mercantil* o tom de crítica aos costumes e o emprego da ironia aparecem não só nas crônicas e nos outros gêneros noticiosos, mas também estão presentes nos textos ficcionais de escritores do *Correio Mercantil*, dentre eles, Manuel Antônio de Almeida e Joaquim Manuel de Macedo, isto aponta para a presença de um fenômeno de contaminação de um gênero textual no outro e vice-versa (RIBEIRO 2005, p. 3)

Nos primeiros anos da década de 1850, o *Correio* criou uma nova seção, "A Pacotilha", de natureza bastante opinativa. Embora, provavelmente, escritos por mais de uma pessoa, a maioria dos textos eram de autoria de Manuel Antônio de Almeida, conhecido até hoje pela sua obra *Memórias de um sargento de milícias*, seu único romance publicado. Almeida, por seu turno, foi redator, cronista, romancista e crítico literário, morrendo aos 30 anos em um naufrágio, no litoral de Campos, então província do Rio de Janeiro. Aparentemente, seus contemporâneos sabiam que ele era o escritor do romance e o redator do *Correio Mercantil*, apesar de o seu nome aparecer apenas em uma edição publicada em 1863, dois anos após à sua morte.

Em 1850, já com dois anos de existência, a folha possuía um público leitor considerável para a época e um estilo já conhecido. O jornal, assim como o resto da sociedade carioca, viu-se de frente uma epidemia que modificaria a cidade e o país de uma maneira significativa tanto no cotidiano dos seus moradores como na bancada do parlamento. O surto de febre amarela não foi, nem de longe, o primeiro ocorrido por aqui. Entretanto, foi sem sombra de dúvida o primeiro amplamente coberto pela imprensa como um evento modificador da rotina da cidade.

Rio de Janeiro entre mortos e enfermos

Afirmar que a vida dos moradores do Rio de Janeiro em meados do

século XIX não era fácil é um grande eufemismo. A população da cidade enfrentava constantemente o risco de epidemias e desastres naturais que ocorriam com uma tétrica constância. É certo que o local possuía também suas óbvias qualidades. Algumas partes da cidade eram cópias de cidades europeias frutos de esforços ditos civilizatórios do governo imperial, herança da vinda da corte portuguesa em 1808. As belezas naturais encantavam qualquer viajante que adentrava pela baía de Guanabara.

Os projetos de construção de uma identidade nacional já eram discutidos pela elite intelectual na capital do país. A criação da IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) em 1838 era uma prova dessa preocupação, com a produção de "textos origens" da nação, bem como a descoberta e construção de experiências comuns que permitissem ligar um povo tão diverso ao seu território. Dentre os principais tópicos estão as consequências da colonização brasileira pelos portugueses, o emprego do trabalho escravo, a miscigenação e a figura do indígena que representam elementos marcantes da formação da identidade nacional brasileira. Junto a isso, desabrochava a literatura romântica do país indo ao encontro da ideia de uma nação civilizada e forte.

A busca pela identidade nacional brasileira procurava elementos que aproximassem o Brasil das demais nações modernas, tidas como civilizadas, e também aqueles que evidenciassem as características singulares do país, de modo a diferenciá-lo. O futuro era "esplendoroso para a nação brasileira" e sua capital seria a cereja do bolo. Mas a realidade da cidade era bem menos glamurosa.

Se levarmos como verdade a narrativa da imprensa carioca, a quantidade de doenças que atingiram o Rio de Janeiro durante todo o século XIX tornam as dez pragas do Egito um tranquilo castigo. Essa mortalidade, teve sempre maior incidência durante os meses quentes e chuvosos e os meses de janeiro, fevereiro e março eram os mais propensos para o alastramento de epidemias mostrando tristes semelhanças com tempos mais contemporâneos. Entretanto, as mortes por doenças eram comuns durante todos os meses do ano com uma pequena diminuição nos meses de inverno. Tuberculose, disenterias, pneumonia, tétano, hepatites, sífilis, elefantíases, sarnas e

parasitas intestinais eram doenças rotineiras na vida dos cariocas. Entre as epidemias mais mortais, destacam-se varíola, sarampo, febre-amarela, cólera, escarlatina, crupe, coqueluche e tifo. A quantidade de surtos era tão alta que não parece lógico a exponencial imigração para a cidade, que continuou a crescer até o fim do século. Obviamente boa parte da população era escrava e provavelmente a vida em outras cidades brasileiras não era mais fácil do que na Corte.

Os problemas "naturais" da cidade já eram discutidos desde a época da colônia. O clima úmido e a topografia acidentada seriam perfeitos para a emanação de miasmas. Ações que beneficiariam os moradores das cidades também já eram conhecidas: limpeza urbana, dessecamento de pântanos e demolição de morros já eram pauta desde o fim do século XVIII (FERREIRA, 1996). Alguns trabalhos médicos já produzidos na Europa, como o "Sobre a maneira da transmissão do Cólera" em 1854 de Jonh Snow já começavam a mostrar a relação entre doenças e insalubridade, e mesmo que a questão de saúde não fosse um foco principal, ela não era ignorada pelo Estado.

Em um panorama estranhamente familiar, tais projetos não eram profundos suficiente para resolver os problemas enormes vividos pelos moradores da corte, que se bem observados, poderiam pôr a pique o otimismo do mais ufanista brasileiro. Junto a todas as suas inegáveis qualidades, o Rio de Janeiro era uma cidade com péssima infraestrutura e questionável qualidade sanitária. Entre epidemias e enchentes, a rotina carioca era, na melhor das hipóteses, desafiadora.

As epidemias eram ainda mais mortais para os recém nascidos. Entre as décadas de 1850 e 1870, 40% a 60% das crianças que nasciam na cidade morriam antes decompletar um ano de vida. Sistematicamente, ano após ano, o número de óbitos superava de longe o do nascimento, com ênfase no ano de 1850, com 11.192 mortes para 5.817 nascimentos; ou ainda o ano de 1855, quando foram registrados 11.180 mortos para apenas 6.660 nascimentos. (MARCÍLIO, 1993)

No ano do surto de febre amarela, a situação era tão periclitante que o pedido de ajuda divina se tornou a principal atividade dos moradores da

cidade. Segundo Rego,

> "Tal foi o terror que incutiu na população nos dias de seu maior reinado que ela, encarando-a como um castigo providencial, correu em massa aos templos, para dirigir preces ao Altíssimo pela cessação de tão devastador flagelo e saiu em procissão pelas ruas, orando no mesmo sentido. Ela atacou figuras das mais ilustres da província e membros das classes mais elevadas (REGO, 1872 p. 6)

Nos momentos mais agudos das epidemias, algumas ações eram tomadas pelo Estado, como a criação de hospitais e enfermarias provisórias em toda cidade, açõesde inspeções mais rígidas dos barcos e mutirões para a limpeza das ruas do centro.

> Em 1850, a Santa Casa administrou seis enfermarias externas a seu hospital, que se situavam na Ilha do Bom Jesus, no Hospício do Livramento, na Praia Formosa, na Rua do Saco e na Rua da Misericórdia. Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro tornou-se a principal instituição responsável pelos enterramentos e seu registro na cidade, depois que se instituiu a obrigatoriedade de enterrar os mortos nos dois cemitérios públicos por ela controlados: o de São Francisco Xavier e o de São João Batista. O período em que grassou a febre amarela foi marcado pela maior intervenção das autoridades públicas na prática dos enterramentos e cerimônias fúnebres (PIMENTA, 2011, p. 8)

Além disso, a criação de novos bairros modificou a geografia da cidade. Os segmentos sociais de rendas mais altas foram se deslocando do antigo e congestionado centro urbano em direção a Lapa, Catete, Glória, Botafogo e São Cristóvão. A partir da década de 1850, a cidade passou por um período de expansão, marcado tanto pela incorporação de novos sítios a área urbana, com a criação da Cidade Nova e da freguesia de Santo Antônio, como pela intensificação da ocupação das freguesias periféricas, como a Lagoa. Entretanto, ainda era no centro o local de residência das populações mais miseráveis da cidade, como os livres pobres e os escravos, que se concentravam nos cortiços das freguesias de Santana, Santo Antônio e Santa Rita.

Para piorar a situação já bastante caótica, o número de imigrantes estrangeiros na cidade tornou-se gradativamente maior a partir de 1850. Pessoas de diferentes países se encontravam no Rio de Janeiro, principal porto para comércios e visitantes do Brasil. Apesar da preocupação da junta médica em examinar a saúde dos novos residentes, o enorme número de pessoas impossibilitou um controle sanitário adequado, o que deu terreno

fértil para as doenças estrangeiras se propagarem em terras brasileiras.

Mesmo com a documentada preocupação das autoridades com as propagações de doenças, a melhoria da infraestrutura não parece ter contemplado todas as partes da cidade. Nos trabalhos de história da medicina no Brasil que mencionam as condições higiênicas do Rio de Janeiro no século XIX, bem como em estudos existentes sobre a cidade, um ponto em comum é a referência as condições de salubridade urbana, sempre de forma negativa, reproduzindo, de certa forma, as opiniões dos médicos da época.

Não era raro que tais estudos fossem citados pela imprensa da corte. O relatório do Engenheiro Militar Visconde Henrique de Beaurepaire-Rohan, escrito em setembro de 1843, quando este era Diretor de Obras Municipais do Rio de Janeiro,e citado com alguma frequencia nos jornais, demostra que os problemas de infraestrutura da cidade eram objetos de preocupação estatal.

Em seu relatório, Beaurepaire debate a complexa geografia da capital e a dificuldade da criação de um sistema de esgoto funcional, e afirma ser imprescindível a criação de novos encanamentos e sarjetas. O diretor também propõe obras na área do mangue da Cidade Nova, a remoção do Morro do Castelo, o remanejamento do matadouro público e também dos cemitérios, se opondo ao sepultamento de corpos dentro de igrejas e propondo que estes locais fossem deslocados para os arredores da cidade.

A epidemia de 1850

Com pontualidade quase inglesa, as epidemias ocorriam na cidade assim como durante todo o verão as tempestades causavam inundações. As chuvas de verão e as doenças não raramente ocorriam simultaneamente, como o chefe do Gabinete imperial, o Visconde de Monte Alegre, deixa claro no *Correio Mercantil* de 9 de janeiro de 1850. Para o ministro, o surto de febre que ocorria na cidade era de responsabilidade das mudanças de tempo entre o calor excessivo e as pancadas de chuva, e teria atingindo um terço da população carioca.

O ano de 1850 viu o terrível surto de febre amarela que atacou o país

implacavelmente a partir do mês de janeiro. Não foi a primeira e nem a última grande epidemia na corte, mas o evento recebeu uma grande atenção dos jornais da época. O *Correio Mercantil* de 25 de janeiro não se furtou em descrever a doença como uma "peste" e em 25 de fevereiro como a "maldita amarela". Antes da chegada da febre na corte, relatos dos problemas causados por ela na Bahia e Pernambuco eram bastante sombrios. Os marinheiros e estrangeiros recém-chegados ou pouco aclimatados foram os mais fortemente atacados pela febre. Até princípios de fevereiro manteve-se próxima ao litoral aparecendo excepcionalmente em outros pontos da capital. Tanto o *Correio Mercantil* como o Diário do Rio de Janeiro do dia 5 de fevereiro publicaram que pessoas doentes que chegassem no porto da cidade iriam imediatamente para a quarentena na ilha de Bom Jesus, situada na baía de Guanabara.

É interessante perceber que nas semanas anteriores a explosão de casos na corte, os prognósticos da gravidade da situação eram variados. A maioria mostrava alarmante preocupação, mas alguns indivíduos, principalmente na seção de publicações a pedido, possuíam opiniões mais otimistas. João Vicente Martins, um entusiasta da Homeopatia, dizia que a corte do Rio de Janeiro teria todas as condições de enfrentar a doença "desde que as autoridades queiram agora por a prova a homeopatia em confrontação com as rotinas e disparates legalizados da velha escola" (CORREIO MERCANTIL, 05/02/1850 p.3)

Havia também uma impressão, posteriormente vista como totalmente equivocada, que a febre era mais branda entre aqueles que já estavam acostumados com o clima quente e úmido da cidade (CORREIO MERCANTIL, 15/02/1850). Essa visão, escrita pelo Gabinete Ministerial e transcrita nos jornais da corte, era otimista em afirmar que os nacionais e os estrangeiros aclimatados sofreriam pouco com a doença.

O Correio Mercantil de 10 de março transcreve a pesquisa feita por Antonio Bento de Vassimon, administrador da Santa Casa de Misericórdia que parece corroborar com a suspeição acima. As publicações desses números são extremamente importantes, pois é o único caso ocorrido nos primeiros meses de 1850. Havia, a pedido do governo imperial, uma óbvia omissão de

números oficiais de mortos e enfermos para não causar pânico na população. A pesquisa apresenta que 553 pessoas foram quarentenadas na ilha de Bom Jesus até a última semana de fevereiro, mas apenas 31 eram brasileiros. Entre os outros 522 doentes estavam escravos sem nacionalidade especificada, ingleses, franceses, portugueses, suecos, dinamarqueses e mais uma dezena de outras nacionalidades. A explicação parece ser temporal: a epidemia nas primeiras semanas realmente atingiu o porto da cidade com mais força e a grande quantidade de marinheiros estrangeiros no local parece ter sido duramente afetada primeiro do que o resto da cidade. Outra informação importante na pesquisa de Vissimon é o número total de mortos entre os quarentenados na ilha, 222 mortos no total, apenas 5 brasileiros. Os recém chegados sem sintomas deveriam escolher locais longe do centro da cidade, como Petrópolis ou os morros da Tijuca, locais com climas mais amenos.

O jornal como arena de disputa

O *Correio Mercantil*, diferente do sóbrio Jornal do Commercio, não costumava fugir das discussões presentes na cidade, sempre com clara inclinação liberal. Não é surpresa que a parte política da epidemia tenha sido objeto fulcral de debates nas folhas, nas transcrições das discussões no Senado e na Câmara e nas resenhas parlamentares. Todavia, a epidemia também ultrapassou e muito o limite da seção política no jornal, invadindo as seções opinativas, a seção de crônicas do cotidiano e a seção de publicações a pedidos.

A origem da febre amarela também parece ter sido alvo de grande discussão na cidade do Rio de Janeiro, visto o número de vezes que o assunto apareceu na imprensa local. O *Correio Mercantil* de 9 de janeiro de 1850, transcrevendo a anteriormente mencionada carta de Monte Alegre, pontua que um navio vindo dos Estados Unidos parou na Bahia com infectados. O mesmo jornal, semanas depois publicou a possibilidade que a "epidemia fosse importada de Cabo Verde pelos navios negreiros". (CORREIO MERCANTIL, 13/02/1850 p.1)

A discussão sobre origem era muito mais do que uma preocupação

médica. A relação da febre reinante com o tráfico de escravos coincidia com as discussões da proibição do tráfico negreiro que aconteceria no mesmo ano de 1850. A ideia que tráfico fosse causa de outro flagelo na sociedade brasileira foi claramente utilizada na imprensa liberal (EL YOUSSEF, 2010) e no *Correio* em particular.

A piora da situação é claramente visível nas páginas impressas na última semana de fevereiro. No dia 22 de fevereiro o *Correio Mercantil* publicara novas regras apresentadas pela Câmara da cidade sobre velórios de caixões sempre fechados e proibição de casas completamente fechadas. Poucos dias depois, eram anunciadas vendas de orações contra a epidemia reinante (CORREIO MERCANTIL 03/03/1850). Dentro de pouco tempo, a doença invadiu com força toda a urbe, de forma que, em fins de março, o surto já se havia instalado em todas as áreas da cidade. A mortalidade crescia diariamente, a ponto de, em 15 de março, exceder a marca de noventa mortos diários.

A própria circulação dos jornais foi afetada pela força da epidemia nos meses de março e abril de 1850, pois tanto o Diário do Rio de Janeiro quanto o *Correio Mercantil* diminuíram o número de exemplares vendidos e suspenderam as edições de domingo pelo número de empregados enfermos (CORREIO MERCANTIL 21/04/1850). Além disso, houve uma fuga de comerciantes da cidade, estando vários comércios fechados durante semanas. (CORREIO MERCANTIL 15/04/1850)

As crônicas e publicações a pedido eram muito mais claras em mostrar as dificuldades que a população carioca enfrentava. Como afirma Rodrigues (1997) existia uma grande preocupação de não espelhar o medo pela população da cidade, com inclusive omissão de publicação de relatórios de mortes nos jornais.

As questões sobre a insalubridade da cidade também foram amplamente discutidas. O *Correio Mercantil* de 14 de fevereiro informa que se um fiscal da cidade observar alguma "imundice em casa particular" ele teria o dever de investigar e entrar na casa com permissão do dono. Se a permissão não fosse concedida, ele poderia voltar com o subdelegado e entrar de forma

compulsória, desde que de dia. Além disso, o governo imperial instruiu uma Comissão Central de Saúde Pública que ficaria responsável pelas decisões sobre a doença na cidade e no país. Os jornais da Corte já no dia 15 de fevereiro publicavam:

> Sendo presente a Sua Majestade o Imperador o trabalho da Comissão Central de Saúde Pública, que acompanhou o ofício de V. S.ª de 12 do corrente: Houve por bem determinar que se publicassem pela imprensa os conselhos higiênicos, que a mesma Comissão oferece à população desta cidade a fim de prevenir quanta se possa o acometimento da epidemia reinante, e tornar menos graves os seus efeitos; e que outrossim se organizassem, na forma indicada pela mesma Comissão, os inclusos artigos das providências que se devem observar na quadra atual (CORREIO MERCANTIL 15/02/1850 p. 1)

O Presidente da Comissão era Dr. Cândido Borges Monteiro, sendo os demais componentes Drs. Manoel de Valadão Pimentel, Roberto Jorge Haddock Lôbo, Antonio Felix Martins, José Maria de Noronha Feital, José Bento da Rosa, José Pereira Rêgo, Luiz Vicente de Simoni, José Francisco Xavier Sigaud e Joaquim José da Silva. A comissão tinha como objetivo padronizar e acertar os procedimentos para enfrentar a epidemia, que era objeto de inúmeras discordâncias. O Correio da Tarde de 9 de março de 1850, dá o verdadeiro tamanho dos boatos e discussões sobre a doença que matava tanto na cidade. O jornal afirmava

> Quantas teorias vãs ou absurdas! A febre é amarela ou não é amarela? Ninguém se entende, nem sobre a natureza da febre, nem sobre a sua origem, Bahia, Africa ou Estados Unidos, nem tão pouco sobre os meios preventivos; e, o que é pior sobre processo curativo. Que a febre viesse ou não de fora, que seja ou não seja contagiosa, pouco importa. o que importa é saber se cura (CORREIO DA TARDE, 1850 p. 1)

Henrique Velloso de Oliveira em uma publicação a pedido do dia 7 de abril tem uma visão mais simples da origem da enfermidade: um castigo de Deus. O discurso não era exceção e sim apenas uma de muitas cartas enviadas para os jornais conectando a epidemia com o distanciamento da população do Rio de Janeiro com o divino Criador. O *Correio Mercantil* de 14 de março publicou inclusive um convite feito em nome do bispo da diocese para todos que quisessem participar de uma procissão de penitência contra o flagelo da epidemia. Rodrigues afirmava

> As primeiras atribuiriam à epidemia a uma corrupção do ar, provocada fosse por fenômenos celestes (aparição de cometas, conjunção de planetas, etc.), fosse por diferentes emanações pútridas, ou fosse ainda por ambos. As outras asseguravam que

> Deus, irritado com os pecados de uma população inteira, decidira castigá-la, sendo conveniente apaziguá-lo através de penitência (RODRIGUES, 1997 p 40)

A maneira de contágio era uma discussão presente nos jornais. A disputa entre contagionistas e infeccionistas (CHALHOUB, 1996) era clara em debates nas publicações a pedido. Os contagionistas acreditavam que a febre amarela era transmitida de pessoa para pessoa ou através do contato com objetos utilizados pelo doente. Já os infeccionistas acreditavam que as epidemias eram causadas por miasmas, substâncias animais e vegetais em putrefação que se disseminavam pelo ar.

Nas observações do Dr. Pereira Rego um elemento importante foi ressaltado: a universalidade do ataque epidêmico. Diferentemente das epidemias anteriores que, em sua esmagadora maioria vitimavam os segmentos sociais mais pobres, a febre amarela também fazia vítimas fatais entre a elite residente nas áreas centrais, não dando nenhum privilégio e nenhuma isenção a quem quer que fosse. Certamente este fato contribuiu para a rapidez na tomada de decisões, pelo menos nas áreas centrais da Corte.

A imprensa, no entanto, mostra que as decisões estatais não foram feitas sem acirradas discussões. A forma de tratamento, por exemplo, tornou-se um embate político com os jornais como uma de suas principais arenas. O sempre combativo *Correio Mercantil* costumava usar a seção Resenha Parlamentar para críticas sobre o papel do Estado no enfrentamento da crise. Os artigos foram ficando mais virulentos com o passar do tempo e do acúmulo das mortes, e os tratamentos como a homeopatia, pilulas e borrifadores foram discutidos nas seções publicação a pedido e nas transcrições das discussões na Câmara dos Deputados e no Senado.

Tais publicações, sem nenhuma comprovação científica, foram criticadas pelo parlamentar e médico José Martins da Cruz Jobim, que propôs um projeto de lei para proibir “o abuso da pública credulidade” com pena de até 6 meses de cadeia a quem publicasse informações não aprovadas por uma comissão de médicos ilustrados. O *Correio Mercantil*, um jornal que poderia sofrer as consequências de tais leis, usa a ironia para criticar a medida.

> Que projeto! Que projeto! Não há dúvida, desta vez lá se vai para casa do diabo a febre amarela! Um tremendíssimo recipe, em forma de projeto de lei, extinguiu essa hedionda lepra. Vejam a sapiência do Sr. Doutor. Destarte o Sr. Jobim arvorado em *magno inquisidor,* sempre a bem da ciência e da humanidade mandaria queimar nas *santas fogueiras* os transgressores da disposição. Se o Dr. conselheiro tanto se indigna contra os que abusam pelos seus escritos da credulidade pública da epidemia reinante, o Sr. pediu urgência para se ler o parecer da comissão de saúde sobre o pedido dos cem contos por parte do governo? (CORREIO MERCANTIL 01/03/1850

No dia 11 de março de 1850,o jornal volta atacar a morosidade das discussões no parlamento e com ironia titula a discussão médica entre alopatia e homeopatia como "A briga de duas patas" em um "ajuntamento de surdos e mudos". Novos ataques ao Sr. Jobim também são feitos relembrando seu projeto de lei. O jornal inclusive defende a homeopatia criticada pelo parlamentar médico.

A edição do dia 26 de março que em sua última página possui uma propaganda de óleo de rícino como tratamento da "epidemia reinante" demostra que a lei não deve ter tido grandes impactos. Apesar disso, a folha também publica uma série de medidas tomadas pelo Doutor José Maurício Nunes Garcia Junior que "tratou 264 pessoas e somente uma faleceu." (CORREIO MERCANTIL 10/04/1850 p. 2)

José Thomas Nabuco de Araújo, avô de Joaquim Nabuco, foi o primeiro senador a falecer pela doença. Pouco foi escrito sobre sua morte. O Diário do Rio de Janeiro de 22 de março apenas menciona o ocorrido e o mesmo acontece no *Correio Mercantil*. Em 18 de abril, uma discussão do Senado transcrita pela imprensa tornou-se parte de uma funesta ironia quando o senador Vasconcelos afirmou que "havia se apoderado da população um terror demasiado" sobre a questão da febre amarela. Bernardo Pereira de Vasconcelos acabou falecendo da doença poucas semanas depois, no dia primeiro de maio.

A morte de indivíduos tão importantes da política do Império parece ter marcado o ocaso da epidemia. Após meados de abril, a tendência de morte foi sempre o declínio. Tanto que no dia 22 de abril de 1850, um poeta de pseudônimo Vice-Bringella publicou uns versos de gosto discutível para comemorar a decorrada da epidemia: "Parabéns ó povo amado/ A febre vai

declinando/ A anistia divina/ O Brasil já vai gozando" (CORREIO MERCANTIL 22/04/1850 p. 3)

Um dia antes o jornal cobrava que o governo publicasse as estatísticas sanitárias da cidade, visto que a "epidemia começou a declinar" (CORREIO MERCANTIL 21/04/1850 p. 2) Tal afirmação parece comprovar que houve mesmo omissões de números durante a epidemia para não causar mais pânico na cidade. A falta de informação, no entanto, parece também ter causado o aumento de boatos, tanto dentro quanto fora do Brasil

> "a princípio que por diversos meios procurassem iludir a população sobre a gravidade e propagação do mal, na época em que a epidemia começava a se desenvolver, a não publicação das estatísticas parciais e gerais eram medidas razoáveis, recomendada pelo nosso estado moral. Hoje porém, a continuação desse silêncio por parte das autoridades serve de alimentar um terror infundado dentro e fora do Imperio" (CORREIO MERCANTIL 21/04/1850 p.2)

Apesar da falta de estimativas oficiais, o livro de Odair Franco (1969) dá um apanhado de estimativas feitas por médicos da época sobre a mortalidade de febre amarela. Dr. Chernoviz, baseado na diferença do obituário entre aquele ano e o anterior, concluiu que de 1º de janeiro de 1850 a 31 de agosto do mesmo ano, morreram no Rio de Janeiro de febre-amarela 3.827 indivíduos. Lallement calculou que houve 10.000 mortos e 100.000 doentes, enquanto Pereira Rêgo, depois de consultar os registros de todos os hospitais do Rio e das clínicas particulares, concluiu que o número aproximado de amarelentos foi de 90.658 e o número de óbitos foi de 4.160.

Conclusão

A pluralidade de ideias presentes em um jornal como o *Correio Mercantil* é claramente observada durante toda a epidemia. Apesar de indubitavelmente ser a febre amarela o principal assunto da folha, as vozes destoantes sobre a origem, a contaminação, o tratamento e o tamanho do impacto da doença na sociedade são visíveis. É certo que a maior parte dessa variedade de posições é vista na seção de publicações a pedidos e transcrições parlamentares, mas mesmo as seções mais opinativas do jornal demonstram uma disputa interna de narrativa.

A imprensa do cotidiano, ainda que em seu nascedouro, dividia espaço com a imprensa ilustrada e civilizadora. A referida mídia, por sua vez, não só era um veículo informativo, mas também um importante instrumento de formação do povo e do país. É a partir desse panorama que todas as discussões do *Correio Mercantil* tomam forma, entre a representação do cotidiano e um guia social e comportamental.

De qualquer maneira, é justo salientar a imensa dificuldade que as camadas mais pobres da cidade do Rio de Janeiro enfrentavam cotidianamente nos anos de 1850. Tais condições são importantes para se entender a percepção social das epidemias e da imprensa que as relatava. As tragédias do cotidiano influenciam a maneira que um povo lida com a doença e a morte, elementos estruturantes para discutir o Rio de Janeiro no período.

Referências

ASSIS, Machado de. Obras completas. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962.

BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In. Anais do I Seminário Internacional do SEO.Vitória, 2014

BRETAS, M. L. "O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente".BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 32, 1991.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COLTON, Walter. Deck and port; or incidents of a cruise in the United States frigate Congress to California: with sketches of Rio de Janeiro, Valparaiso, Lima, Honolulu, andSan Francisco. London: Partridge & Oakey, Paternoster Row, 1851,

EL YOUSSEF, Alain. Imprensa e escravidão: Política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850). Dissertação de mestrado em História Social, USP, 2010.

FAZENDA, J. V. Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo 86, v. 140, p, 1920.

FERREIRA, Luiz Otávio. O nascimento de uma instituição científica: o periódico médico brasileiro da primeira metade do século XIX. 1996. 176 f. (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FRANCO, Odair. História da febre amarela no Brasil. Rio de Janeiro :

Ministério da Saúde / Departamento Nacional de Endemias Rurais, 1969

GONÇALVES, M. S. . A morte anunciada. Dia-logos , Rio de Janeiro, v. 2, p. 61-67, 2004.

GUERRA, François-Xavier. Modernidad e independencias. Madri: Mapfre,2002

HOLLOWAY,T O calabouço e o aljube do Rio de Janeiro no século XIX," in Clarissa Nunes, Flávio Neto, Marcos Costa & Marcos Bretas, eds. História das prisões no Brasil,2 vols, Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009

KALIFA, Dominique. Les bas-fonds: histoire d'un imaginaire. Paris: Seuil, 2013.

_____. História, crime e cultura de massa. Entrevista com Dominique Kalifa, Topoi. Revista de História, vol. 13, nº 25, 2012, p. 185-192.

KIDDER, Daniel P. Reminiscências de viagens e permanência no Brasil. Brasília: SenadoFederal, 2001.

LISBOA, João Francisco. , Obras. São Luiz do Maranhão, Typ. de B. de Mattos, 4 vols.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas.São Paulo: Contexto, 2005.

MACEDO, Joaquim Manuel de. A carteira de meu tio. Rio de Janeiro: Garnier, 4ª edição,1880.

MARCÍLIO, M. L. Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro imperial. Revista de História, [S. l.], n. 127-128, p. 53-68, 1993

MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos, imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). Rio de Janeiro: EdUerj, 2001

NASCIMENTO, D. E. ; CARVALHO, Diana Maul de (Org.) . Uma história brasileira das doenças vol1. 01. ed. Brasília: Paralelo 15, 2004.

PEREIRA REGO, Dr. José. Esboço históricodas epidemias que tem grassado nacidade do Rio de Janeiro; lypographia Nacional, 1872

PIMENTA, T. S..Hospital da Santa Casa da Misericórdia - Assistência à Saúde no Rio de Janeiro dos Oitocentos. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História 2011.

REGO, José Pereira. Esboço histórico que em grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1872

RIBEIRO, J. A. Correio Mercantil: gêneros jornalísticos, literários e muito mais... . Revista USP, [S. l.], n. 65, p. 131-147, 2005.

SNOW, J. Sobre a maneira de transmissão do cólera. 2. ed. São Paulo: HUCITEC/Rio de Janeiro: ABRASCO, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. A história da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

TURCO, C. S. ; PAIVA, Eduardo Nazareth . A febre amarela no Rio de Janeiro: história, ciência e literatura.. In: Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da ANPUH-Rio: História e Parcerias, 2018, Niteroi. Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da ANPUH-Rio: História e

Parcerias, 2018. v. 1. p. 1-10.

Recebido em Março de 2022
Aprovado em Junho de 2022